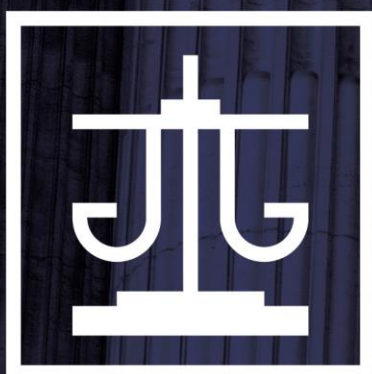




EPHESUS

Promoting fundamental rights in (post)
pandemic times in cross-border proceedings

Ficha de País Bulgária



1. A autoridade competente

a. Como Estado de emissão

Na Bulgária, a autoridade competente para emitir e enviar uma decisão que impõe uma medida de coação a outro Estado-Membro é o Ministério Público, enquanto autoridade responsável pela supervisão do processo penal.¹

Embora não exista um organismo público centralizado autorizado especificamente mandatado para emitir e a enviar este tipo de decisões, o Ministério da Justiça tem competência para recolher informações sobre todas as decisões deste tipo emitidas na Bulgária.

Para esse efeito, até 31 de janeiro de cada ano, as autoridades competentes devem comunicar ao Ministério da Justiça os dados relativos ao número de decisões emitidas e enviadas no ano civil anterior.²

b. Como Estado de execução

Na Bulgária, a autoridade competente para reconhecer uma decisão emitida por outro Estado-Membro da EU que imponha medidas de coação é o tribunal de comarca do local de residência da do arguido a quem a medida se destina.

Caso o arguido não tenha residência em território búlgaro, a competência cabe ao Tribunal de Sófia.

Se a decisão tiver sido enviada a uma autoridade que não seja competente para a reconhecer, esta deve, oficiosamente, remetê-la ao tribunal competente e notificar imediatamente a autoridade competente do Estado de emissão, de forma a assegurar o devido registo escrito e a autenticação da decisão.³

2. Recurso a uma autoridade central: Não

Na Bulgária, não existe um organismo público centralizado com competência para emitir e enviar, ou para receber e reconhecer, decisões que imponham medidas de coação.

Contudo, o Ministério da Justiça está autorizado a recolher informações sobre todas as decisões deste tipo emitidas e recebidas na Bulgária. Para o efeito, até 31 de janeiro de cada ano, as

¹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 15.

² Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 3.

³ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 4.



autoridades competentes devem comunicar ao Ministério da Justiça os dados relativos ao número de decisões emitidas e enviadas no ano civil anterior.⁴

3. Tipos de medidas de supervisão – comuns:

	Sim	Não
(a) Obrigação de comunicar à autoridade competente do Estado de execução qualquer mudança de residência, especialmente para receber uma intimação para comparecer em audiência ou julgamento durante o processo penal;	X ⁵	
(b) Interdição de entrar em determinados locais, sítios ou zonas definidas do Estado de emissão ou de execução;	X ⁶	
€ Obrigação de permanecer num lugar determinado durante períodos especificados;	X ⁷	
(d) Obrigação de respeitar certas restrições no que se refere à saída do território do Estado de execução;	X ⁸	
€ Obrigação de comparecer em determinadas datas perante uma autoridade especificada;	X ⁹	
(f) Obrigação de evitar o contacto com determinadas pessoas relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas.	X ¹⁰	

⁴ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 3.

⁵ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, Artigo 2.

⁶ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 2.

⁷ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 2.

⁸ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 2.

⁹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 2.

¹⁰ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, Artigo 2.



4. Tipos de medidas de supervisão - facultativas:

	Sim	Não
a) Interdição de exercer determinadas atividades relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas, o que poderá abranger uma determinada profissão ou sector profissional;	X ¹¹	
(b) Inibição de conduzir um veículo;		X ¹²
(c) Obrigação de depositar uma determinada quantia ou prestar outro tipo de garantia, o que pode ser efetuado num número especificado de prestações ou imediatamente de uma só vez;	X ¹³	
(d) Obrigação de se submeter a um tratamento médico-terapêutico ou cura de desintoxicação;		X ¹⁴
e) Obrigação de evitar o contacto com determinados objetos relacionados com a ou as infrações alegadamente cometidas;		X ¹⁵
(f) Outras medidas, quais?		X ¹⁶

5. Qual(ais) o(s) organismo(s) responsável(eis) pela supervisão das medidas?

I. Medida de supervisão - Comum	Organismo(s) de supervisão
(a) Obrigação de comunicar à autoridade competente do Estado de execução qualquer	Polícia ¹⁷

¹¹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 2.

¹² A inibição de não conduzir um veículo não é explicitamente mencionada na lei. Também não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, que foi enviada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI. Teoricamente, uma decisão que imponha uma medida deste tipo poderia ser recebida e reconhecida se a obrigação de não conduzir um veículo fosse interpretada como uma obrigação de não exercer atividades específicas relacionadas com a infração. Contudo, não existe atualmente jurisprudência que confirme ou rejeite esta interpretação.

¹³ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 2.

¹⁴ A obrigação de se submeter a um tratamento médico-terapêutico ou a um tratamento para a dependência não é explicitamente mencionada na lei. Também não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, que foi enviada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

¹⁵ A obrigação de evitar o contacto com objetos específicos relacionados com a(s) infração(ões) alegadamente cometida(s) não é explicitamente mencionada na lei. Também não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, que foi enviada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

¹⁶ Nenhuma outra medida é mencionada na lei ou incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, enviada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

¹⁷ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10. Por lei, a supervisão das



mudança de residência, especialmente para receber uma intimação para comparecer em audiência ou julgamento durante o processo penal;	
(b) Interdição de entrar em determinados locais, sítios ou zonas definidas do Estado de emissão ou de execução;	Serviço de liberdade condicional ¹⁸
(c) Obrigação de permanecer num lugar determinado durante períodos especificados;	Serviço de liberdade condicional ¹⁹
(d) Obrigação de respeitar certas restrições no que se refere à saída do território do Estado de execução;	Polícia de fronteira ²⁰

medidas reconhecidas "é exercido de acordo com um procedimento estabelecido por lei". No entanto, não existem disposições específicas que definam qual a autoridade responsável pela supervisão da aplicação de cada medida. De acordo com o § 3 das Disposições Adicionais, na ausência de regras especiais, aplicam-se as disposições do Código de Processo Penal. Neste caso, deve ser aplicado o artigo 60.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

¹⁸ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10. Por lei, a supervisão das medidas reconhecidas "é exercido de acordo com um procedimento estabelecido por lei". A questão aqui é que, segundo a legislação búlgara, esta não é considerada uma medida de coação processual nos termos do Código de Processo Penal. Em vez disso, é classificada como uma medida de supervisão e influência, aplicável em casos de uma sentença "probatória" ou quando imposta durante o período probatório de uma sentença suspensa de privação de liberdade. No entanto, uma vez que o tribunal búlgaro deve assegurar a aplicação do direito comunitário, é provável que aceite a medida. Dado que existe um mecanismo semelhante na legislação nacional, que se enquadra nas medidas de supervisão e influência e que não está associado à privação de liberdade, a supervisão será provavelmente atribuída ao serviço de liberdade condicional competente, tal como permitido pela legislação nacional.

¹⁹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10. Por lei, a supervisão das medidas reconhecidas "é exercido de acordo com um procedimento estabelecido por lei". A questão aqui é que, ao abrigo da lei búlgara, esta não é considerada uma medida de coação processual nos termos do Código de Processo Penal. Em vez disso, é classificada como uma medida de supervisão e influência, aplicável em casos de uma sentença "probatória" ou quando imposta durante o período probatório de uma sentença suspensa de privação de liberdade. No entanto, uma vez que o tribunal búlgaro deve assegurar a aplicação do direito comunitário, é provável que aceite a medida. Dado que existe um mecanismo semelhante na legislação nacional, que se enquadra nas medidas de supervisão e influência e que não está associado à privação de liberdade, a supervisão será provavelmente atribuída ao serviço de liberdade condicional competente, tal como permitido pela legislação nacional.

²⁰ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10. Por lei, a supervisão das medidas reconhecidas "é exercido de acordo com um procedimento estabelecido por lei". No entanto, não existem disposições específicas que definam qual a autoridade que deve supervisionar a aplicação de cada medida. Existe apenas uma disposição geral segundo a qual as decisões são enviadas ao Ministério Público para execução. Também não existe jurisprudência sobre o reconhecimento desta medida, que permita deduzir a autoridade de supervisão da sua aplicação. Se a proibição de saída do país for imposta como medida no âmbito



(e) Obrigação de comparecer em determinadas datas perante uma autoridade especificada;	Ministério Público / polícia ²¹
(f) Obrigação de evitar o contacto com determinadas pessoas relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas.	Não está expressamente regulamentado ²²

II. Medidas de supervisão - Facultativas	Organismo/organismos de supervisão
a) Interdição de exercer determinadas atividades relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas, o que poderá abranger uma determinada profissão ou sector profissional;	Não está expressamente regulamentado ²³
(b) Inibição de conduzir um veículo;	Não aplicável ²⁴

de um processo penal nacional, a decisão é normalmente enviada para execução à polícia de fronteira e ao respetivo serviço policial responsável pela emissão e revogação dos documentos de identificação da pessoa.

²¹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10. Por lei, a supervisão das medidas reconhecidas "é exercido de acordo com um procedimento estabelecido por lei". No entanto, não existem disposições específicas que definam qual a autoridade que deve supervisionar a aplicação de cada medida. Existe apenas uma disposição geral segundo a qual as decisões são enviadas ao Ministério Público para execução. Na prática, as pessoas obrigadas a apresentar-se em momentos específicos a uma autoridade específica apresentam-se ao Departamento de Polícia Regional do seu local de residência (por exemplo, ver Tribunal Distrital de Sliven (Окръжен съд - Сливен), Acórdão sobre o processo penal privado n.º 369/2017 (Определение [по частно наказателно дело № 369/2017](#)), ECLI:BG:DC220:2017:20170200369.001, 11 de julho de 2017).

²² Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10. Por lei, a supervisão das medidas reconhecidas "é exercido de acordo com um procedimento estabelecido por lei". No entanto, não existem disposições específicas que definam qual a autoridade que deve supervisionar a aplicação de cada medida. Existe apenas uma disposição geral segundo a qual as decisões são enviadas ao Ministério Público para execução. Na prática, as decisões judiciais que reconhecem e autorizam a execução desta medida limitam-se a declarar que a pessoa é "proibida de ter contacto com determinadas pessoas relacionadas com as alegadas infrações" e, em seguida, enumeram as pessoas específicas pelo nome (por exemplo, ver Tribunal Distrital de Sliven (Окръжен съд - Сливен), Acórdão sobre o processo penal privado n.º 369/2017 (Определение [по частно наказателно дело № 369/2017](#)), ECLI:BG:DC220:2017:20170200369.001, 11 de julho de 2017). Em caso de violação da decisão do tribunal, deve ser apresentada uma queixa à polícia.

²³ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10. Por lei, a supervisão das medidas reconhecidas "é exercido de acordo com um procedimento estabelecido por lei". No entanto, não existem disposições específicas que definam qual a autoridade que deve supervisionar a aplicação de cada medida. Existe apenas uma disposição geral segundo a qual as decisões são enviadas ao Ministério Público para execução. Também não existe jurisprudência sobre o reconhecimento desta medida, que permita deduzir a autoridade de supervisão da sua aplicação.

²⁴ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a controlar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.



(c) Obrigação de depositar uma determinada quantia ou prestar outro tipo de garantia, o que pode ser efetuado num número especificado de prestações ou imediatamente de uma só vez;	O depósito deve ser efectuado na conta bancária do tribunal que reconheceu e aceitou a execução da medida. ²⁵
(d) Obrigação de se submeter a um tratamento médico-terapêutico ou cura de desintoxicação;	Não aplicável ²⁶
e) Obrigação de evitar o contacto com determinados objetos relacionados com a ou as infrações alegadamente cometidas;	Não aplicável ²⁷
(f) Outras medidas, quais?	Não aplicável ²⁸

6. Qual é a duração da medida?

I. Medida de supervisão - Comum	Duração máxima
(a) Obrigação de comunicar à autoridade competente do Estado de execução qualquer mudança de residência, especialmente para receber uma intimação para comparecer em audiência ou julgamento durante o processo penal;	Se o processo estiver ainda na fase de instrução: - 1 ano e 6 meses para os crimes graves puníveis com pena de prisão superior a 5 anos. - 8 meses para todos os outros casos. Se o processo já tiver sido submetido a tribunal, a medida pode manter-se em vigor até à conclusão do processo.²⁹

²⁵ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, Artigo 10. Por lei, a supervisão das medidas reconhecidas "é exercido de acordo com um procedimento estabelecido por lei". No entanto, não existem disposições específicas que definam qual a autoridade que deve supervisionar a aplicação de cada medida. De acordo com o § 3 das Disposições Adicionais, na ausência de regras especiais, aplicam-se as disposições do Código de Processo Penal.

²⁶ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

²⁷ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

²⁸ Nenhuma outra medida é mencionada na lei ou incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

²⁹ A duração máxima não está explicitamente prevista na Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016. De acordo com o § 3 das Disposições Adicionais, na ausência de regras especiais, aplicam-se as disposições do Código de Processo Penal. Neste caso, deve ser aplicado o artigo 234.º, n.º 8, do Código de Processo Penal.



(b) Interdição de entrar em determinados locais, sítios ou zonas definidas do Estado de emissão ou de execução;	A duração máxima não está explicitamente prevista na lei. ³⁰
(c) Obrigação de permanecer num lugar determinado durante períodos especificados;	Se o processo estiver ainda na fase de instrução: - 1 ano e 6 meses para os crimes graves puníveis com mais de 5 anos de prisão. - 8 meses para todos os outros casos. Se o processo já tiver sido submetido a tribunal, a medida pode manter-se em vigor até à conclusão do processo.³¹
(d) Obrigação de respeitar certas restrições no que se refere à saída do território do Estado de execução;	Se o processo estiver ainda na fase de instrução: - 1 ano e 6 meses para os crimes graves puníveis com pena de prisão superior a 5 anos. - 8 meses para todos os outros casos. Se o processo já tiver sido submetido a tribunal, a medida pode manter-se em vigor até à conclusão do processo.³²
(e) Obrigação de comparecer em determinadas datas perante uma autoridade especificada;	Se o processo ainda estiver na fase de instrução: - 1 ano e 6 meses para crimes graves puníveis com mais de 5 anos de prisão. - 8 meses para todos os outros casos.

³⁰ Se a obrigação de não entrar em certas localidades, lugares ou zonas definidas for imposta como medida no âmbito de um processo penal nacional (o que só é possível como medida de proteção da vítima). Esta medida pode permanecer em vigor até à sentença final ou até ao termo do processo por outros motivos. Pode ser levantada em qualquer altura, a pedido da vítima.

³¹ A duração máxima não está explicitamente prevista na Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção (Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане), 26 de abril de 2016. De acordo com o § 3 das Disposições Adicionais, na ausência de regras especiais, aplicam-se as disposições do Código de Processo Penal. Neste caso, deve ser aplicado o artigo 234.º, n.º 8, do Código de Processo Penal.

³² A duração máxima não está explicitamente prevista na Lei [sobre \(Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане\)](#) reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção), 26 de abril de 2016. De acordo com o § 3 das Disposições Adicionais, na ausência de regras especiais, aplicam-se as disposições do Código de Processo Penal. Neste caso, deve ser aplicado o artigo 234.º, n.º 8, do Código de Processo Penal.



	Se o processo já tiver sido submetido a tribunal, a medida pode manter-se em vigor até à conclusão do processo. ³³
(f) Obrigação de evitar o contacto com determinadas pessoas relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas.	A duração máxima não está explicitamente prevista na lei. ³⁴

II. Medidas de supervisão - Facultativas	Duração máxima
a) Interdição de exercer determinadas atividades relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas, o que poderá abranger uma determinada profissão ou sector profissional;	Se o processo estiver ainda na fase de instrução: - 1 ano e 6 meses para crimes graves puníveis com mais de 5 anos de prisão. - 8 meses para todos os outros casos. Se o processo já tiver sido submetido a tribunal, a medida pode manter-se em vigor até à conclusão do processo. ³⁵
(b) Inibição de conduzir um veículo;	Não aplicável ³⁶
(c) Obrigação de depositar uma determinada quantia ou prestar outro tipo de garantia, o que pode ser efetuado num número especificado de prestações ou imediatamente de uma só vez;	Se o processo estiver ainda na fase de instrução: - 1 ano e 6 meses para os crimes graves puníveis com pena de prisão superior a 5 anos. - 8 meses para todos os outros casos.

³³ A duração máxima não está explicitamente prevista na Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016. De acordo com o § 3 das Disposições Adicionais, na ausência de regras especiais, aplicam-se as disposições do Código de Processo Penal. Neste caso, deve ser aplicado o artigo 234.º, n.º 8, do Código de Processo Penal.

³⁴ Se a obrigação de evitar o contacto com determinadas pessoas for imposta como medida no âmbito de um processo penal nacional (o que só é possível como medida de proteção da vítima). Esta medida pode permanecer em vigor até à sentença final ou até ao termo do processo por outros motivos. Pode ser levantada em qualquer altura, a pedido da vítima.

³⁵ A duração máxima não está explicitamente prevista na Lei [sobre \(Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане\)](#) reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção), 26 de abril de 2016. De acordo com o § 3 das Disposições Adicionais, na ausência de regras especiais, aplicam-se as disposições do Código de Processo Penal. Neste caso, deve ser aplicado o artigo 234.º, n.º 8, do Código de Processo Penal.

³⁶ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.



	Se o processo já tiver sido submetido a tribunal, a medida pode manter-se em vigor até à conclusão do processo. ³⁷
(d) Obrigação de se submeter a um tratamento médico-terapêutico ou cura de desintoxicação;	Não aplicável ³⁸
e) Obrigação de evitar o contacto com determinados objetos relacionados com a ou as infrações alegadamente cometidas;	Não aplicável ³⁹
(f) Outras medidas, quais?	Não aplicável ⁴⁰

7. Prorrogação.

I. Medida de supervisão - Comum	Pode ser prolongada?	Por quem?	Durante quanto tempo?
(a) Obrigação de comunicar à autoridade competente do Estado de execução qualquer mudança de residência, especialmente para receber uma intimação para comparecer em audiência ou julgamento durante o processo penal;	Sim ⁴¹	O tribunal que proferiu a decisão inicial	Se o processo ainda estiver na fase de instrução: - 1 ano e 6 meses para os crimes graves puníveis com mais de 5 anos de prisão. - 8 meses para todos os outros casos. Se o processo já tiver sido submetido a tribunal, a

³⁷ A duração máxima não está explicitamente prevista na Lei relativa ao reconhecimento, à execução e à transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de [liberdade \(Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане\)](#), 26 de abril de 2016. De acordo com o § 3 das Disposições Adicionais, na ausência de regras especiais, aplicam-se as disposições do Código de Processo Penal. Neste caso, deve ser aplicado o artigo 234.º, n.º 8, do Código de Processo Penal.

³⁸ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

³⁹ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a controlar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁴⁰ Nenhuma outra medida é mencionada na lei ou incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.

⁴¹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10.º e artigo 12. Durante a realização da supervisão, o tribunal pode solicitar informações à autoridade competente do Estado de emissão sobre a necessidade da sua prorrogação e sobre o período durante o qual deve ser prorrogada. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de controlo, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento de decisões que impõem medidas de supervisão.



			medida pode manter-se em vigor até à conclusão do processo
(b) Interdição de entrar em determinados locais, sítios ou zonas definidas do Estado de emissão ou de execução;	Sim ⁴²	O tribunal que proferiu a decisão inicial	Não está expressamente regulamentado
(c) Obrigação de permanecer num lugar determinado durante períodos especificados;	Sim ⁴³	O tribunal que proferiu a decisão inicial	Não está expressamente regulamentado
(d) Obrigação de respeitar certas restrições no que se refere à saída do território do Estado de execução;	Sim ⁴⁴	O tribunal que proferiu a decisão inicial	Se o processo estiver ainda na fase de instrução: - 1 ano e 6 meses para os crimes graves puníveis com mais de 5 anos de prisão. - 8 meses para todos os outros casos.

⁴² Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10.º e artigo 12. Durante a realização da supervisão, o tribunal pode solicitar informações à autoridade competente do Estado de emissão sobre a necessidade da sua prorrogação e sobre o período durante o qual deve ser prorrogada. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁴³ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10.º e artigo 12. Durante a realização da supervisão, o tribunal pode solicitar informações à autoridade competente do Estado de emissão sobre a necessidade da sua prorrogação e sobre o período durante o qual deve ser prorrogada. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento de decisões que impõem medidas de supervisão.

⁴⁴ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10.º e artigo 12. Durante a realização da supervisão, o tribunal pode solicitar informações à autoridade competente do Estado de emissão sobre a necessidade da sua prorrogação e sobre o período durante o qual deve ser prorrogada. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento de decisões que impõem medidas de supervisão.



			Se o processo já tiver sido submetido a tribunal, a medida pode manter-se em vigor até à conclusão do processo
(e) Obrigação de comparecer em determinadas datas perante uma autoridade especificada;	Sim ⁴⁵	O tribunal que proferiu a decisão inicial	Não está expressamente regulamentado
(f) Obrigação de evitar o contacto com determinadas pessoas relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas.	Sim ⁴⁶	O tribunal que proferiu a decisão inicial	Não está expressamente regulamentado

II. Medidas de supervisão - Facultativas	Pode ser prorrogada?	Por quem?	Durante quanto tempo?
a) Interdição de exercer determinadas atividades relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas, o que poderá abranger uma determinada profissão ou sector profissional;	Sim ⁴⁷	O tribunal que proferiu a decisão inicial	Não está expressamente regulamentado

⁴⁵ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10.º e artigo 12. Durante a realização da supervisão, o tribunal pode solicitar informações à autoridade competente do Estado de emissão sobre a necessidade da sua prorrogação e sobre o período durante o qual deve ser prorrogada. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁴⁶ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10.º e artigo 12. Durante a realização da supervisão, o tribunal pode solicitar informações à autoridade competente do Estado de emissão sobre a necessidade da sua prorrogação e sobre o período durante o qual deve ser prorrogada. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento de decisões que impõem medidas de supervisão.

⁴⁷ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 10.º e artigo 12. Durante a realização da supervisão, o tribunal pode solicitar informações à autoridade competente do Estado de emissão sobre a necessidade da sua prorrogação e sobre o período durante o qual deve ser prorrogada. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.



(b) Inibição de conduzir um veículo;	Não ⁴⁸	Não aplicável	Não aplicável
(c) Obrigação de depositar uma determinada quantia ou prestar outro tipo de garantia, o que pode ser efetuado num número especificado de prestações ou imediatamente de uma só vez;	Sim ⁴⁹	O tribunal que proferiu a decisão inicial	Se o processo estiver ainda na fase de instrução: - 1 ano e 6 meses para os crimes graves puníveis com mais de 5 anos de prisão. - 8 meses para todos os outros casos. Se o processo já tiver sido submetido a tribunal, a medida pode manter-se em vigor até à conclusão do processo
(d) Obrigação de se submeter a um tratamento médico-terapêutico ou cura de desintoxicação;	Não ⁵⁰	Não aplicável	Não aplicável
e) Obrigação de evitar o contacto com determinados objetos relacionados com a ou as infrações alegadamente cometidas;	Não ⁵¹	Não aplicável	Não aplicável
(f) Outras medidas, quais?	Não ⁵²	Não aplicável	Não aplicável

⁴⁸ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a fiscalizar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁴⁹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam detenção (*Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане*), 26 de abril de 2016, artigo 10.º e artigo 12. Durante a realização da supervisão, o tribunal pode solicitar informações à autoridade competente do Estado de emissão sobre a necessidade da sua prorrogação e sobre o período durante o qual deve ser prorrogada. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁵⁰ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁵¹ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁵² Nenhuma outra medida é mencionada na lei ou incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.



8. As medidas podem ser alteradas durante a fase de instrução ou de julgamento?

I. Medida de supervisão - Comum	Sim	Não
(a) Obrigação de comunicar à autoridade competente do Estado de execução qualquer mudança de residência, especialmente para receber uma intimação para comparecer em audiência ou julgamento durante o processo penal;	X ⁵³	
(b) Interdição de entrar em determinados locais, sítios ou zonas definidas do Estado de emissão ou de execução;	X ⁵⁴	
(c) Obrigação de permanecer num lugar determinado durante períodos especificados;	X ⁵⁵	
(d) Obrigação de respeitar certas restrições no que se refere à saída do território do Estado de execução;	X ⁵⁶	
(e) Obrigação de comparecer em determinadas datas perante uma autoridade especificada;	X ⁵⁷	

⁵³ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 12. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁵⁴ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 12. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁵⁵ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 12. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁵⁶ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 12. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁵⁷ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 12. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.



(f) Obrigação de evitar o contacto com determinadas pessoas relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas.	X ⁵⁸	
--	-----------------	--

II. Medidas de supervisão - Facultativo	Sim	Não
a) Interdição de exercer determinadas atividades relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas, o que poderá abranger uma determinada profissão ou sector profissional;	X ⁵⁹	
(b) Inibição de conduzir um veículo;		X ⁶⁰
(c) Obrigação de depositar uma determinada quantia ou prestar outro tipo de garantia, o que pode ser efetuado num número especificado de prestações ou imediatamente de uma só vez;	X ⁶¹	
(d) Obrigação de se submeter a um tratamento médico-terapêutico ou cura de desintoxicação;		X ⁶²
e) Obrigação de evitar o contacto com determinados objetos relacionados com a ou as infrações alegadamente cometidas;		X ⁶³
(f) Outras medidas, quais?		X ⁶⁴

⁵⁸ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 12. Ao receber uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁵⁹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas privativas de liberdade ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 12. Após a receção de uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁶⁰ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a controlar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁶¹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 12. Após a receção de uma decisão da autoridade competente do Estado de emissão que renova, altera ou revoga medidas de supervisão, o tribunal toma uma decisão no âmbito do procedimento de reconhecimento das decisões que impõem medidas de supervisão.

⁶² A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a fiscalizar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁶³ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a controlar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁶⁴ Nenhuma outra medida é mencionada na lei ou incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.



9. A medida é suscetível de recurso?

I. Medida de supervisão - Comum	Sim - a quem	Não
(a) Obrigação de comunicar à autoridade competente do Estado de execução qualquer mudança de residência, especialmente para receber uma intimação para comparecer em audiência ou julgamento durante o processo penal;	X ⁶⁵	
(b) Interdição de entrar em determinados locais, sítios ou zonas definidas do Estado de emissão ou de execução;	X ⁶⁶	
(c) Obrigação de permanecer num lugar determinado durante períodos especificados;	X ⁶⁷	
(d) Obrigação de respeitar certas restrições no que se refere à saída do território do Estado de execução;	X ⁶⁸	
(e) Obrigação de comparecer em determinadas datas perante uma autoridade especificada;	X ⁶⁹	
(f) Obrigação de evitar o contacto com determinadas pessoas relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas.	X ⁷⁰	

⁶⁵ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 8. Todas as decisões judiciais que reconhecem ou recusam o reconhecimento de uma decisão de imposição de medidas de supervisão podem ser objeto de recurso para o respetivo tribunal de recurso.

⁶⁶ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 8. Todas as decisões judiciais que reconhecem ou recusam o reconhecimento de uma decisão de imposição de medidas de supervisão podem ser objeto de recurso para o respetivo tribunal de recurso.

⁶⁷ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 8. Todas as decisões judiciais que reconheçam ou recusem reconhecer uma decisão de imposição de medidas de supervisão podem ser objeto de recurso para o respetivo tribunal de recurso.

⁶⁸ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 8. Todas as decisões judiciais que reconheçam ou recusem reconhecer uma decisão de imposição de medidas de supervisão podem ser objeto de recurso para o respetivo tribunal de recurso.

⁶⁹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 8. Todas as decisões judiciais que reconheçam ou recusem reconhecer uma decisão de imposição de medidas de supervisão podem ser objeto de recurso para o respetivo tribunal de recurso.

⁷⁰ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 8. Todas as



II. Medidas de supervisão - Facultativas	Sim - a quem	Não
a) Interdição de exercer determinadas atividades relacionadas com a ou as infrações alegadamente cometidas, o que poderá abranger uma determinada profissão ou sector profissional;	X ⁷¹	
(b) Inibição de conduzir um veículo;		X ⁷²
(c) Obrigação de depositar uma determinada quantia ou prestar outro tipo de garantia, o que pode ser efetuado num número especificado de prestações ou imediatamente de uma só vez;	X ⁷³	
(d) Obrigação de se submeter a um tratamento médico-terapêutico ou cura de desintoxicação;		X ⁷⁴
e) Obrigação de evitar o contacto com determinados objetos relacionados com a ou as infrações alegadamente cometidas;		X ⁷⁵
(f) Outras medidas, quais?		X ⁷⁶

10. O país está a verificar a existência de dupla criminalização?

Sim⁷⁷

☒

Não

☐

decisões judiciais que reconhecem ou recusam o reconhecimento de uma decisão de imposição de medidas de supervisão podem ser objeto de recurso para o respetivo tribunal de recurso.

⁷¹ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 8. Todas as decisões judiciais que reconheçam ou recusem reconhecer uma decisão de imposição de medidas de supervisão podem ser objeto de recurso para o respetivo tribunal de recurso.

⁷² A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁷³ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 8. Todas as decisões judiciais que reconheçam ou recusem reconhecer uma decisão de imposição de medidas de supervisão podem ser objeto de recurso para o respetivo tribunal de recurso.

⁷⁴ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁷⁵ A medida não é explicitamente mencionada na lei e não está incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁷⁶ Nenhuma outra medida é mencionada na lei ou incluída na lista de medidas que a Bulgária está disposta a supervisionar, apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

⁷⁷ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas de detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална](#)



11. Quais são as línguas aceites enquanto Estado de execução?

A decisão de imposição de medidas de supervisão ou uma cópia autenticada da mesma deve ser acompanhada de uma certidão em conformidade com o anexo 1 (idêntica à do anexo 1 da Decisão-Quadro 2009/829/JAI), acompanhada de uma tradução em búlgaro ou de uma cópia autenticada da mesma.⁷⁸

12. Existem outros acordos aplicáveis no país que alargam, simplificam ou facilitam o reconhecimento mútuo das medidas de supervisão?

Sim

☐

Não

☒

[принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 6. Para as infrações enumeradas no artigo 14.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI, as decisões de imposição de medidas de supervisão são reconhecidas e executadas sem verificação da dupla incriminação do ato, se forem puníveis no Estado de emissão com pena de prisão ou medida privativa de liberdade de duração máxima não inferior a três anos. n.º 1, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI, a dupla criminalização é um requisito obrigatório, ou seja, uma decisão que imponha medidas de supervisão proferida noutro Estado-Membro só é reconhecida e executada se disser respeito a um ato que também constitua uma infração nos termos da legislação búlgara. A execução das decisões que impõem medidas de supervisão em matéria de impostos, direitos, direitos aduaneiros ou de câmbio não pode ser recusada pelo facto de a legislação búlgara não prever o mesmo tipo de imposto ou direito ou não regular os impostos, direitos, direitos aduaneiros ou de câmbio da mesma forma que a legislação do Estado de emissão.

⁷⁸ Lei sobre o reconhecimento, a execução e a transmissão de medidas de coação que não sejam medidas que exijam a detenção ([Закон за признаване, изпълнение и изпращане на актове за налагане на мерки за процесуална принуда, различни от мерките, изискващи задържане](#)), 26 de abril de 2016, artigo 5. A decisão de imposição de medidas de supervisão ou uma cópia autenticada da mesma deve ser acompanhada de uma certidão em conformidade com o anexo 1 (o mesmo que o anexo 1 da Decisão-Quadro 2009/829/JAI) com uma tradução para búlgaro ou uma cópia autenticada da mesma. A aceitação de certidões traduzidas para búlgaro está também incluída numa declaração apresentada ao Secretariado-Geral do Conselho nos termos do artigo 24.º da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.



Funded by the European Union. Views and opinions expressed are however those of the author(s) only and do not necessarily reflect those of the European Union or the European Commission. Neither the European Union nor the European Commission can be held responsible for them.